

Empresários paulistas divergem quanto à condução da economia

ÁLVARO PENACHIONI e
MARIZA CAVALCANTI

SÃO PAULO — As duas correntes que se formaram entre os empresários paulistas desde que Collor foi afastado do poder divergem quanto ao rumo que a economia do país deve seguir, mas curiosamente estão juntas no apoio ao governo Itamar Franco. O bloco “neo-liberal”, defensor da política iniciada por Collor, identifica no novo presidente os ideais que apregoa e acredita que Itamar levará adiante o processo de abertura e modernização da economia brasileira. O bloco antagônico pretende que o governo mantenha barreiras às importações ou, pelo menos, alongue os prazos da abertura do mercado. Além disso, ao contrário dos “neo-liberais”, quer o Estado como parceiro da atividade econômica. Chamados de “nacionalistas”, eles também acreditam que essas medidas serão levadas adiante pelo atual presidente.

— O choque de loucura liberal já foi dado por Collor. Talvez tenha sido necessário, mas agora é preciso sair dele. Para isso, deve haver articulação entre empresários, Estado e trabalhadores. Itamar está mais perto disso do que Collor — diz Aduino Pousa Ponte, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Fundição (Abifa), incluído no bloco “nacionalista”.

O empresário Sérgio Bergamini, que se lançou recentemente na defesa do “neo-liberalismo”, ao pedir seu desligamento do quadro de diretores da Fiesp disparando críticas à entidade, não crê que o governo Itamar marque um rompimento drástico com a política de seu antecessor. Bergamini rompeu com a Fiesp dizendo-se uma voz solitária na defesa do livre mercado dentro



da Federação, protagonizando o episódio que mais bem retrata o racha entre os empresários. Defendendo Itamar, ele aposta que os “nacionalistas” terão surpresas desagradáveis.

— O presidente Itamar não cederá a pressões para uma revisão do modelo de abertura da economia e nem fará a vontade dos lobbies que visam a privilegiar uns e outros — ressalta Bergamini, referindo-se aos setores mais afetados pela concorrência dos importados.

O diretor econômico-financeiro do Grupo Cobrasma, Luis Eu-

lácio Bueno Vidigal Neto, favorável à revisão dos programas econômicos desenvolvidos no governo Collor, defende mais investimentos públicos em obras de infra-estrutura, redução mais lenta das alíquotas de importação em setores combatidos pela crise, como o de bens de capital, e o incremento de financiamentos — através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) — às empresas privadas:

— É preciso dar armas à iniciativa privada para aumentar a produção.

Na linha de frente do grupo que pretende rever a política iniciada pelo governo anterior, o diretor da Fiesp Roberto Nicolau Jeha, presidente da Indústria de Papel e Papelão São Roberto, também quer o alongamento do cronograma de redução das tarifas de importação, o cumprimento de um programa de privatização que evite a utilização de moedas podres e a presença estatal forte nos investimentos em infra-estrutura.

Para Jeha, as câmaras setoriais têm o papel de viabilizar o entendimento entre governo, trabalhadores e empresários. A proposta de valorização das câmaras como instrumento de controle da inflação se contrapõe à opinião do dissidente Bergamini. Para ele, estes mecanismos são cartoriais, beneficiando apenas alguns grupos:

— As câmaras setoriais são uma aberração, porque só protegem determinados setores.

Mas nem tudo é divergente entre os dois grupos. Há pontos comuns e facilmente identificáveis entre eles e o novo governo. Entre eles, estão o apoio à retomada do crescimento da economia e à redução das taxas de juros. Encurralados pela recessão, “neo-liberais” e “nacionalistas” querem ver suas vendas aumentarem e a pressão financeira dos bancos sobre a indústria diminuir. Como seus adversários, Bergamini defende a continuidade do processo de privatização, o enxugamento do Estado, a renegociação da dívida pública e o ajuste fiscal.

O presidente em exercício da Fiesp, Max Schrappe, evita o tiroteio. Não admite a divisão entre os empresários e diz que a entidade continua a defender a economia livre. E faz uma profissão de fé no mercado:

— Quanto menor a intervenção do Estado na economia, melhor.